

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

### ATA N.º 02/2026

#### Sessão Ordinária Realizada no dia 30 de abril de 2026

##### **Presidente da Assembleia**

Manuel Augusto Meirinho Martins

##### **Secretários**

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – Idalina Mendes Lopes.

##### **Substituições**

Víctor Manuel Pissarra Cavaleiro (*substituído por Nélia Maria Nicolau Carilho*); José António Inácio Nunes (*substituído por Francisco António Simões dos Santos Vaz*); Isabel Ferreira Lavrador (*indicação prévia por parte do Grupo Municipal do PS, de substituição por Celino Augusto*); Miguel Esteves Almeida (*substituído por João António Ramos da Fonseca Nunes*); António Bernardo Morgado Gomes Dionísio (*substituído por Anacleto Afonso Gonçalves Carriço*); Junta de Freguesia de Sortelha (*representada pelo tesoureiro: André Marques Gonçalves*); Junta de Freguesia de Vila Boa (*representada pelo tesoureiro: Joaquim Luís Lourenço*)  
As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

##### **Não presenças e faltas**

Não esteve presente o Presidente da Junta de Freguesia de Rapoula da Côa, em razão de renúncia ao mandato ocorrida antes da sessão.

Não esteve presente Celino Augusto (em substituição de Isabel Ferreira Lavrador), não tendo comunicado ao Presidente da Assembleia correspondente justificação de ausência.

##### **Hora de Abertura**

Quinze horas.

##### **Local**

Centro Cultural do Baraçal.

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

## Antes da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal pela disponibilização do espaço e por todo o empenho na realização da presente sessão, bem como pelo acolhimento de todos os participantes, contribuindo assim para o reforço do programa de descentralização das sessões da Assembleia Municipal do Sabugal.

### **Ponto 1 - Discussão e votação da ata da Sessão ordinária realizada no dia 27-02-2026**

**Deliberação:** A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia 27-02-2026**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

### **Ponto 2 - Expediente**

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido, bem como dos assuntos que foram entregues à Mesa da Assembleia, nomeadamente:

- Declarações de compromisso plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2025; Declaração de pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2025; declaração de recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2025- para conhecimento.

- Relatório de avaliação do Grau de Observância do direito de Oposição referente ao ano de 2025 – para conhecimento, informando que não fora solicitada a apreciação do documento por parte dos grupos municipais.

- **Moção sobre o 25 de abril**, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, cujo teor consta no **Anexo 1**.

Colocada a Moção à votação, a **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, com seis votos contra do Grupo Municipal do Partido CHEGA, **aprovar a Moção apresentada**.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo reiterou a importância da data para todos, referindo que a moção deixava o Grupo Municipal do Partido CHEGA desconfortável, ao falar do fim das prisões com o fim da revolução, quando é do conhecimento de todos que entre o 24-05-1974 e 25-11-1975, muitos portugueses patriotas foram presos. Mas, juntava-se ao Partido Comunista para saudar a data, os militares de Abril e todos os portugueses que depois dessa data zelaram pela democracia em Portugal. Um voto solidário aos militares do 25 de novembro, aos portugueses que sofreram

as agruras de uma tentativa de ditadura marxista após 1974 e até 1975. Tendo isto em conta, o voto à moção não seria favorável.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso agradeceu a hospitalidade dada pela Junta de Freguesia do Baraçal. De seguida, referiu que a moção não é ideológica, falando apenas do 25 de Abril, pelo que o voto do Partido Socialista será favorável.

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. Francisco Carvalho referiu que não há nada a obstar à moção apresentada, referindo que festejar Abril não impede que se festeje Novembro, não havendo necessidade de comparar uma data com a outra. É uma data que merece ser celebrada e que da parte do grupo Municipal do PSD merece também o voto favorável.

#### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata saudou a Junta de Freguesia do Baraçal pelo convite e pelas instalações. Sobre a moção lamentou que se misture Abril com Novembro, pelo que fica satisfeito pela não aprovação da moção por parte do Partido CHEGA.

• **Proposta de deliberação**, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA, **sobre a transmissão online das sessões da Assembleia Municipal**, cujo teor consta no **Anexo 2**. Colocada à votação, a **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, com 33 votos contra, 8 abstenções e 18 votos a favor, **rejeitar a proposta de deliberação** apresentada.

Sobre a proposta, o Sr. Carlos Simões de Melo começou por referir que a transmissão online já se encontra prevista no Regimento, estando o Grupo Municipal do Partido CHEGA apenas a procurar operacionalizar essa possibilidade. Explicou que a proposta visa criar, através dos serviços, as condições técnicas necessárias para a transmissão, bem como constituir um grupo de trabalho com representantes de todos os grupos municipais e do membro único de um partido, para elaboração do respetivo regulamento, conforme previsto no Regimento. Acrescentou que a intenção é que esse grupo apresente os resultados do seu trabalho na sessão ordinária de novembro. Concluiu referindo que se trata de um dever de transparência e lealdade para com os sabugalenses.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana deu as boas-vindas a todos. Sobre a proposta apresentada, procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 3**.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. César Cruz começou por recordar que o Grupo Municipal do PS já havia proposto a transmissão online das Assembleias Municipais. Considerou importante a elaboração de um regulamento que permita a transmissão das sessões, de forma a garantir que as assembleias cheguem ao maior número de pessoas possível, indo ao encontro do princípio de proximidade da Assembleia Municipal.

Relativamente à constituição do grupo de reflexão, referiu que o artigo 13.º do Regimento já prevê a constituição de comissões, podendo esse mecanismo ser utilizado para o efeito.

Terminou afirmando que o Grupo Municipal do PS está disponível para que as sessões da Assembleia Municipal sejam transmitidas online e acessíveis a todos os interessados.

#### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata referiu que a transmissão online das Assembleias Municipais já constava do programa eleitoral da CDU, pelo que o sentido de voto será favorável.

Intervieram novamente os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo manifestou estranheza pelo facto de o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal colocar em causa a participação filmada, referindo que o canal ARTV transmite em direto as sessões plenárias da Assembleia da República e grande parte das comissões, incluindo audições a outros membros da sociedade.

Acrescentou que, não sendo a transmissão obrigatória, a presente proposta pretende precisamente dar aos sabugalenses a possibilidade de acompanharem o trabalho dos seus representantes eleitos. Em resposta ao Sr. César Cruz, esclareceu que o objetivo do Grupo Municipal do Partido CHEGA é garantir que o grupo de trabalho integre representantes de todos os grupos municipais, tornando a discussão do regulamento o mais abrangente possível.

Por fim, saudou a coerência do Sr. João Manata.

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. Carlos Borregana referiu que não existe comparação possível entre os deputados da Assembleia da República e os membros das Assembleias Municipais, uma vez que os temas debatidos têm natureza distinta. Considerou que o grau de especificidade e personalização dos assuntos tratados na Assembleia Municipal é muito diferente. Acrescentou ainda que, ao contrário da Assembleia da República, nas Assembleias Municipais existe intervenção do público, o que levanta questões distintas em matéria de proteção de dados pessoais.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. César Cruz afirmou que o sentido de voto do grupo será favorável.

De seguida, questionou o facto de já terem existido, pelo menos, duas sessões transmitidas online sem pedido de autorização nem votação em Assembleia. Referiu ainda que o envolvimento das

comissões permitiria também incluir os membros da Mesa, considerando que as questões relacionadas com a proteção de dados são relevantes e devem ser devidamente analisadas.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Assembleia procedeu a alguns esclarecimentos que considerou necessários em face da natureza do tema, tendo antes informado que os dois casos em que ocorreram transmissões online foram consensualizados por se tratar da sessão solene de tomada de posse e da sessão que incluiu as comemorações do 25 de Abril, com a presença de alunos, sendo a parte relativa à sessão da assembleia realizada em regime fechado.

Lamentou o facto de se afirmar que o Sabugal está na retaguarda da inovação por não ter transmissões online, não aceitando o argumento da falta de transparência na Assembleia Municipal.

Informou que, em 201 Assembleias Municipais do território continental, apenas 30% dispõem de transmissão online. Cerca de 70% das Assembleias Municipais (133) não têm transmissão online nem previsão regimental nesse sentido. Referiu ainda que 11% das Assembleias, tal como acontece no Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal, apenas “preveem” essa possibilidade, podendo vir a aplicá-la com base no respetivo Regimento.

Acrescentou que, das Assembleias que não têm transmissão online, muitas não avançam nesse sentido devido às recomendações da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), nomeadamente em matéria de recolha e registo do consentimento prévio de todos os intervenientes, em face de a referida transmissão corresponder a tratamento de dados pessoais, requisitos que levantam problemas operacionais complexos, que podem inviabilizar a sua implementação na prática.

Concluiu referindo que, mesmo que o Regimento venha a ser aprovado, o mesmo deve ser conformado com tais orientações e sujeito a parecer daquela entidade, pelo que recomendava aturada reflexão sobre o tema.

Por fim, afirmou que, na perspetiva do Grupo Municipal do Partido CHEGA e tendo em conta a experiência da participação do público, a transmissão online não acrescenta transparência, uma vez que a transparência não depende da transmissão em si.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo referiu que não põe em causa a capacidade nem a possibilidade de o Sr. Presidente da Assembleia usar da palavra enquanto membro de um grupo municipal. Contudo, considera que, caso pretenda intervir para expressar a sua opinião enquanto membro do Grupo

Municipal do PSD, não o deverá fazer a partir da mesa da Assembleia, mas sim a partir do lugar destinado aos membros da Assembleia e durante o tempo atribuído ao grupo municipal que integra. Acrescentou ainda que não devem ser dadas lições, ou tentativas de lições, aos restantes membros, uma vez que todos detêm exatamente o mesmo mandato de representação dos sabugalenses. No entendimento do Grupo Municipal do Partido CHEGA, a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia foi excessiva face às competências definidas no artigo 19.º do Regimento.

Em resposta, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que o Sr. Carlos Simões de Melo talvez não conheça bem a lei, por ter pouca experiência em Assembleias Municipais. Esclareceu que, para além do Regimento, que em nada o impede de intervir, existe a lei geral e o Estatuto dos Eleitos Locais, que conferem ao Presidente o direito, o dever e a obrigação de intervir em determinadas circunstâncias. Acrescentou, contudo, que não foi isso que ocorreu naquele caso.

Referiu que tem o dever de clarificar a Assembleia, quer do ponto de vista jurídico, quer através da prestação de informação adicional sobre matérias relevantes para o debate. Sublinhou ainda que não fez qualquer intervenção política, mas sim uma intervenção destinada a prestar esclarecimentos aos membros sobre o que está em causa, na medida em que o tema tem relação direta com direitos fundamentais relacionados com imagem e proteção de dados pessoais e até de reserva de vida privada, matérias que não viu refletidas nas intervenções dos grupos municipais.

Mais acrescentou, que informação prestada sobre a prática deste instrumento ao nível das assembleias de todo o país, visou desmistificar a ideia de que tal prática é amplamente generalizada, o que não é verdade.

### Grupo Municipal do PS

O Sr. César Cruz esclareceu que o ponto em discussão não era o regulamento em si, mas a proposta para a sua elaboração. Referiu que o regulamento irá contemplar todas as questões anteriormente expostas e que, após futura pesquisa, terão maior conhecimento das exigências e consequências inerentes à sua criação. Acrescentou que a proposta visa apenas constituir um grupo de trabalho para elaborar um regulamento a submeter posteriormente à Assembleia Municipal, que decidirá sobre a implementação ou não das transmissões online.

O Sr. Carlos Simões de Melo solicitou a palavra para defesa da honra, por considerar que o Sr. Presidente da Assembleia colocou em causa a sua idoneidade e capacidade de trabalho. Esclareceu que integrou a Assembleia Municipal de Mafra, tendo participado no grupo de trabalho responsável pela elaboração e execução do Regulamento das Transmissões Online.

Interveio novamente o Sr. Presidente da Assembleia para afirmar que considerava que a sua intervenção não ofendeu a honra do Sr. Carlos Simões de Melo, até porque não visou qualquer

qualidade ou capacidade pessoais, lamentando que se tenha considerado ofendido. Reiterou que a intervenção do Presidente da Assembleia ocorreu em respeito do seu dever de assegurar o cumprimento do Regimento e da lei, visando especialmente o esclarecimento dos membros do órgão.

### **Ponto 3 – Assuntos Diversos**

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

#### Grupo Municipal do PSD:

A Sr.<sup>a</sup> Elisabete Robalo, na sequência da presença do Sr. Presidente da Câmara numa reunião com o Sr. Presidente da CCDR, onde foi abordada a reprogramação do Portugal 2030, questionou quais os resultados da reunião e o respetivo impacto no concelho do Sabugal.

A Sr.<sup>a</sup> Lénia Diogo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a existência de algum reforço previsto no plano de fiscalização das limpezas para prevenção de incêndios florestais.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta na íntegra no **Anexo 4**.

#### Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso abordou as comemorações dos 50 anos da Constituição de 1976, aprovada em 02-04-1976 e entrada em vigor em 05-04-1976. Destacou a importância deste documento fundador da democracia portuguesa e do poder autárquico descentralizado, que permitiu a eleição direta dos representantes locais pelas populações. Referiu ainda os 50 anos das primeiras eleições autárquicas, realizadas em 06-12-1976, questionando o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia sobre o que está a ser preparado para assinalar estas datas marcantes da democracia portuguesa.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, Silvina Silva, relativamente às propostas de recomendação apresentadas pelo Grupo Municipal do PS e aprovadas na última sessão — “Realização de uma sessão de informação e esclarecimento sobre apoios à reabilitação urbana e alterações ao regime jurídico da urbanização, edifícios e Simplex Urbanístico” e “Impactos do Acordo União Europeia-Mercosul nas Explorações Agrícolas do Concelho do Sabugal” — questionou se está prevista a organização de iniciativas para debate e aprofundamento destes temas.

A Sr.<sup>a</sup> Marisa Martins referiu que, de acordo com o Portal Mais Transparência, o Município do Sabugal tem financiamento para 11 projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no valor de 571.000,00 euros. Contudo, a execução não atinge ainda os 50%, tendo sido recebidos apenas 283.000,00 euros. Nesse sentido, questionou qual o ponto de situação dos projetos financiados pelo PRR.

#### Grupo Municipal Cidadãos Eleitores:

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, começou por agradecer a hospitalidade do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal.

De seguida, abordou o estado do caminho que liga o Soito aos Fóios, recordando que já havia questionado, em anterior sessão, se seria possível assegurar a reparação do caminho após a substituição das torres do parque eólico, por parte da empresa responsável. Tendo conhecimento de que os trabalhos irão iniciar brevemente, questionou se o Sr. Presidente da Câmara diligenciou algo nesse sentido. Referiu ainda que apesar de se tratar de um caminho rural, o mesmo atravessa três freguesias e que, de acordo com informação prestada pela Câmara, compete às mesmas procederem à limpeza das bermas tal como nas estradas municipais.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo recordou que, em 09-04-1918, o Corpo Expedicionário Português foi alvo de um ataque das forças alemãs. Referiu que, apesar da derrota sofrida, houve momentos de grande heroísmo, como o do Soldado Milhões, razão pela qual Portugal assinala o Dia do Combatente a 9 de abril. Assim, apresentou uma saudação, em nome do Grupo Municipal do Partido CHEGA, a todos os combatentes portugueses, quer os da Guerra do Ultramar, quer os que participaram em missões mais recentes.

De seguida, abordou a aproximação do verão e da época de incêndios florestais. Referiu que, para além das equipas de limpeza, tem sido salientada, na Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais, a falta de formação da população em matéria de autoproteção. Questionou, por isso, se existe a possibilidade de promover ações de formação nas freguesias sobre medidas de autoproteção e planeamento, bem como a realização de exercícios de Proteção Civil no concelho do Sabugal, tendo em conta a previsível perigosidade do próximo verão.

#### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata criticou o estado do Largo da Fonte e da Rua 5 de Outubro, referindo ter presenciado quedas de munitives nesses locais. Acrescentou que o Passeio Fluvial apresenta madeira degradada e o piso danificado.

Abordou ainda as Festas da Cidade, considerando que, sendo anunciadas como festas de São João, a data escolhida não coincide com a celebração.

Referiu também a falta de sombra no Largo da Fonte, recordando que anteriormente existiam mesas e bancos junto ao edifício dos antigos Bombeiros, que foram retirados devido ao Presépio.

Considerou que, terminado esse período, os equipamentos deveriam ser recolocados, uma vez que eram muito utilizados pela população.

Por fim, felicitou as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal pelos murais espalhados pelo concelho, destacando particularmente o existente na antiga oficina do João Orliano e o miradouro sobre o castelo e o rio, considerando que valorizam significativamente o espaço.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começou por felicitar o Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal pelo espaço disponibilizado e pelo trabalho desenvolvido na freguesia, passando posteriormente a responder às questões colocadas.

Às questões suscitadas, mantendo a ordem das intervenções:

Em resposta à Sr.3 Elisabete Robalo, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, na reunião com o Presidente da CCDR, foram abordados vários temas, nomeadamente a eventual necessidade de reprogramação do PT20/30, uma vez que os fenómenos naturais extremos ocorridos no país geraram uma grande instabilidade quer do ponto de vista das prioridades quer no domínio financeiro. Acrescentou que também foram transmitidas novas orientações da Comissão Europeia relativamente à execução da ITI, instrumento financeiro ao dispor dos municípios no âmbito do PT20/30.

Explicou que a CIM apresenta um grau de execução reduzido, motivado pelas dificuldades existentes no lançamento de concursos públicos, o que, de modo generalizado tem atrasado a concretização das obras, situação que se afigura preocupante, na medida em que a falta de execução de cerca de 18.000.000,00 € até outubro, poderá determinar a aplicação de penalizações. Entretanto foi criado um eixo destinado à área da habitação, que determinará a reafetação das verbas provenientes das rubricas da regeneração urbana e dos projetos ambientais.

Informou ainda que, na próxima semana se realizará uma reunião da CIM para definição da ITI do Sabugal e introdução dos reajustamentos necessários na programação dos eixos disponíveis, podendo posteriormente prestar mais esclarecimentos sobre os projetos que irão avançar.

Sobre a questão das limpezas colocada pela Sr.<sup>a</sup> Lénia Diogo, referiu que todos somos agentes de proteção civil e que os Srs. Presidentes de Junta têm sido recorrentemente sensibilizados para a importância da realização das limpezas das faixas de gestão de combustível, atempadamente e, em cumprimento da legislação vigente, lembrando que tal competência se encontra delegada nas Juntas de Freguesia, sendo que, a execução de tal atribuição será objeto de uma fiscalização rigorosa.

Acrescentou que, de modo a evitar as situações ocorridas nos incêndios do ano transato, já foram efetuadas diligências junto das Infraestruturas de Portugal alertando para a necessidade de procederem às limpezas das bermas da respetiva responsabilidade, em tempo útil. Paralelamente,

a GNR está muito atenta à questão das limpezas dos aglomerados populacionais e tem sido implacável na fiscalização.

Em resposta à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, o Sr. Presidente da Câmara destacou a realização das celebrações da Paixão de Cristo e das diversas caminhadas promovidas no concelho enaltecendo o fato de o território se encontrar em movimento na promoção destas dinâmicas. Relativamente à 15ª edição da revista Sabucule, referiu que procura envolver sempre novos colaboradores e que a publicação continua muito vocacionada para o património edificado e religioso do concelho, convidando todos à sua leitura.

Relativamente à comemoração dos 50 anos do Poder Local Democrático, abordada pelo Sr. João Manso, informou que estão a ser preparadas iniciativas em articulação com o Sr. Presidente da Assembleia, sendo posteriormente divulgadas.

Acerca da intervenção da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, referiu que já se encontra preparada a apresentação da sessão de esclarecimento relativa ao Plano de Recuperação do Património Edificado do Sabugal e demais regulamentos associados, prevendo-se a sua realização a muito breve prazo.

Quanto à sessão sobre o Mercosul, esclareceu que foi efetuada uma abordagem junto da Acrisabugal e da CoopCôa, por se tratar de uma matéria técnica sobre a qual o município não detém conhecimento especializado, estando a ser analisado o tipo de esclarecimentos a prestar.

Em resposta à intervenção da Sr.ª Marisa Martins, referiu que o PRR está mais vocacionado para o setor empresarial e entidades do Estado. Destacou a execução do projeto "Acessibilidade 360" no Soito, no valor aproximado de 200.000,00 €, bem como outros projetos na área da habitação acessível e das acessibilidades para edifícios. Informou ainda que o PRR termina em julho, com a possibilidade de pedidos de pagamentos até ao mês de setembro, pelo que, o objetivo é executar o máximo possível até essa data.

Sobre a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, informou que já foi realizada reunião com a empresa responsável pelas obras no parque eólico, tendo sido efetuado um levantamento fotográfico conjunto com a empresa e a Proteção Civil, para que, após a substituição das torres, seja garantida a reposição e regularização do caminho.

Acerca da intervenção do Sr. Carlos Simões de Melo, associou-se à evocação do dia 9 de abril e à homenagem aos combatentes portugueses.

Relativamente às limpezas e prevenção de incêndios, referiu que o Plano Municipal de Defesa da Floresta estabelece um conjunto de intervenções públicas e privadas, designadamente quanto às faixas de gestão de combustível, da responsabilidade das Juntas de Freguesia, bem como na

limpeza das áreas envolventes aos equipamentos municipais, da Rede Elétrica Nacional e das zonas de proteção dos parques eólicos. Informou que o município está a acompanhar o cumprimento dessas diretrizes.

Acrescentou que, no âmbito da OIGP entre Malcata e Meimão, a execução ronda os 40%, tendo recentemente recebido a visita do Sr. Secretário de Estado das Florestas e sendo inequívoco o trabalho de prevenção já efetuado. Informou ainda que o ICNF disponibilizou um novo equipamento, que será colocado ao serviço das Juntas de Freguesia para apoio às limpezas. Relativamente às ações de formação e exercícios, comunicou que estão previstas iniciativas no âmbito da Proteção Civil, em articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, incluindo formação destinada aos Srs. Presidentes de Junta.

Em resposta à intervenção do Sr. João Manata, referiu que o Largo da Fonte se encontra em boas condições e que será instalada uma cafetaria no local. Quanto à Rua 5 de Outubro, informou que já foi efetuado o levantamento da situação, existindo atualmente um litígio com a empresa responsável, pelo que o município avançará para a reposição do equipamento.

Relativamente ao percurso da praia fluvial, informou que a obra já se encontra adjudicada, prevendo-se a requalificação do troço entre a ponte nova e o passadiço, incluindo a substituição da ponte. Destacou a importância dos alertas feitos pelos munícipes relativamente a estas situações.

Quanto à reposição dos bancos, esclareceu que o espaço pertence à Junta de Freguesia. Realçou ainda a importância da arte urbana existente no concelho.

Sobre a intervenção do Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que as comemorações terão lugar em dezembro e reiterou a disponibilidade da Mesa e da Assembleia para colaborar na sua organização. Incentivou ainda os Grupos Municipais a apresentarem sugestões e contributos para a realização de uma sessão comemorativa adequada.

Intervieram novamente os seguintes grupos municipais:

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. João Nunes reiterou a importância de os pedidos de substituição serem efetuados atempadamente, permitindo aos substitutos analisar previamente a documentação. Questionou ainda se seria possível facultar os documentos aos membros seguintes de cada lista partidária, para garantir maior tempo de preparação.

Referiu também que, ao contrário do que muitas vezes é transmitido nas redes sociais, se sente bem no concelho e considera que existe qualidade de vida, sobretudo através da participação associativa e comunitária. Reconheceu que existem aspetos a melhorar, mas afirmou não concordar com a ideia de que o Sabugal seja “o pior sítio para viver”.

O Sr. João Calva questionou se já foram tomadas medidas preventivas para eventuais situações de apagão energético.

O Sr. Francisco Carvalho questionou, caso exista essa informação ou, não existindo, se possa ser efetuada essa articulação junto da USF, qual o ponto de situação do Plano de Contingência para a época de Verão, considerando o aumento sazonal da população e a necessidade de reforço da resposta.

Abordou ainda a organização dos cuidados de saúde primários, defendendo a importância de os médicos de família terem condições para desenvolver trabalho de prevenção e promoção da saúde. Concluiu referindo que considera importante recentrar a análise no que entende ser o cerne da questão relativamente aos cuidados de saúde primários.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso, na sequência da intervenção do Sr. Francisco Carvalho, reforçou a importância da manutenção de um serviço permanente de proximidade, disponível 24 horas por dia, especialmente para a população idosa.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, Silvina Silva, apelou à limpeza dos caminhos da serra na zona de Quadrazais, referindo ter abordado o assunto com um técnico do ICNF, que informou que a situação estava a ser analisada.

A Sr.<sup>a</sup> Marisa Martins questionou se as instalações sanitárias junto ao rio se encontram em funcionamento, sugerindo igualmente a colocação de sanitários portáteis na zona da barragem, aquando da realização de atividades naquele espaço.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

#### Às questões suscitadas, mantendo a ordem das intervenções:

Relativamente à intervenção do Sr. João Nunes, referiu que a questão suscitada se destina ao Sr. Presidente da Assembleia.

Em resposta ao Sr. João Calva, informou que está programada a aquisição de vários geradores, no âmbito de uma candidatura da IT1 da CIM destinada ao reforço deste tipo de meios de Proteção Civil. Acrescentou que no âmbito do CLAS se sensibilizaram as IPSS para a necessidade de aquisição destes equipamentos adequados alertando-os para as candidaturas disponíveis neste âmbito.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Francisco Carvalho, informou que os assuntos serão abordados na reunião mensal com o Centro de Saúde do Sabugal.

Relativamente à intervenção do Sr. João Manso, garantiu que o município fará tudo o que estiver ao seu alcance para evitar o encerramento do SAP. Informou ainda que, com a entrada de uma nova médica, a USF passou a contar com quatro novos médicos, reiterando que a saúde continuará a ser uma prioridade.

Em resposta à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, esclareceu que, no âmbito da cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata, a questão já foi colocada ao diretor regional do ICNF, tendo sido referido que a competência não pertence à Câmara nem à Junta de Freguesia. Informou ainda que haverá nova reunião no dia 6 em Penamacor, ocasião em que o Sr. Vereador Amadeu Neves voltará a abordar o assunto junto do Eng.º Farinha.

Quanto à questão colocada pela Sr.º Marisa Martins, esclareceu que as instalações sanitárias junto ao rio se encontram encerradas por serem da responsabilidade do concessionário. Contudo, será analisada a possibilidade de abertura em horário condicionado, de forma a prevenir atos de vandalismo.

Por fim, relativamente à questão colocada pelo Sr. João Nunes, o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que não pode enviar convocatórias nem documentação a membros relativamente aos quais não exista indicação formal de substituição. Ainda assim, sugeriu aos responsáveis dos grupos municipais que, caso entendam, facultem o link da documentação aos primeiros elementos suplentes das respetivas listas.

## ORDEM DO DIA

### Ponto 01 – Discussão e votação da Prestação de Contas do Município referente ao ano de 2025

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, **aprovar a Prestação de Contas de 2025 e Aplicação dos Resultados Líquidos**, tendo sido obtido o seguinte resultado:

**Total de votos presentes: 57**

**Votos a Favor: 40**

**Votos Contra:**

**Abstenções: 00**

**Declarações de voto total: 01**

**Declarações de voto contra: 01**

Pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA foi apresentada declaração de voto, cujo teor consta no **Anexo 5**.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à leitura da apresentação do ponto, cujo teor consta no **Anexo 6**.

A execução reduzida deve-se, em grande medida, à transição entre quadros comunitários e às dificuldades na adjudicação de obras, verificando-se vários concursos desertos.

Comparativamente aos anos anteriores, em 2022 a execução de capital foi de 2.918.824,00 €; em 2023 foi de 5.335.047,00 €; em 2024 ascendeu a 6.133.105,00 € e, em 2025, situou-se nos 4.586.223,00 €.

Referiu ainda que a execução de 2026 será superior à de 2025, encontrando-se atualmente em curso cerca de 5 milhões de euros em obras, prevendo-se o lançamento de novos investimentos até ao final do ano.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal referiu que a Prestação de Contas demonstra ser possível conciliar investimento social e infraestrutural com uma gestão financeira rigorosa. Considerou que o município se encontra atualmente mais capitalizado, menos endividado e melhor preparado para os desafios futuros. Felicitou ainda o executivo pelos prazos de pagamento praticados, salientando o impacto positivo na dinamização da economia local. Concluiu informando que o sentido de voto do grupo municipal seria favorável.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 7**.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Pedro Fonseca procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 8**. –

#### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata referiu partilhar do que fora dito pelo Sr. João Manso, quando as despesas correntes são maiores do que as despesas de capital não é uma boa execução, pelo que votará contra o documento em análise.

Em resposta ao Sr. João Manso e ao Sr. João Manata, o Sr. Presidente da Câmara referiu que as despesas correntes continuarão a ser as mais elevadas, uma vez que, após a conclusão de um investimento, este passa a ter a classificação de despesa corrente, dando o exemplo do edifício do smartwork center. Acrescentou que, nas transferências do Orçamento do Estado — principal fonte de receita do município — cerca de 12.000.000,00 € correspondem a receitas correntes e apenas cerca de 3.000.000,00 € a receitas de capital, tendo o restante investimento de ser assegurado através de fundos próprios ou candidaturas.

Sobre a alegada fraca execução, afirmou que não é fácil manter elevados níveis de execução de capital em período de transição de quadros comunitários, garantindo, contudo, que a taxa de execução no próximo ano previsivelmente será muito superior.

Acrescentou ainda que não se encontram refletidos no plano os cerca de 90% dos 7.500.000,00 € previstos na 1T1 da CIM e ainda por executar.

Relativamente ao aumento das despesas com pessoal, esclareceu que cerca de 90% desse acréscimo resulta das atualizações salariais, que variaram entre 2,3% e 6,3%, e que estas despesas tenderão a aumentar devido às novas transferências de competências, nomeadamente na área da saúde. Ainda assim, considerou existir equilíbrio entre as receitas correntes e de capital.

Em resposta ao Sr. Pedro Fonseca, relativamente ao aumento da rubrica do CNT, esclareceu que o mesmo se prende com um investimento previsto para aquele equipamento. Referiu ainda que os aumentos registados nas áreas do desporto e da cultura demonstram que estão a ser realizados investimentos importantes nesses setores.

Acerca das Festas da Cidade, afirmou que devem ser encaradas como um investimento e não como uma despesa, informando ainda que a entrada na edição deste ano será paga. Acrescentou que, caso lhe fossem indicadas concretamente as rubricas em causa, poderia prestar esclarecimentos mais detalhados sobre os respetivos aumentos.

Intervieram novamente os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, dirigiu-se ao Sr. João Manso, referindo que a declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista menciona que o município tem essencialmente uma função distributiva e de apoio ao pessoal, utilizando inclusivamente o termo “subsidição”, expressão que considerou mais próxima do discurso do Partido CHEGA.

Relativamente ao número de trabalhadores, esclareceu que, em 31-12-2023, o município dispunha de 287 funcionários; em 31-12-2024, de 285; e em 31-12-2025, de 274, pelo que o número de trabalhadores não está a aumentar exponencialmente.

Referiu ainda que o aumento de cerca de 7% nas despesas com pessoal resulta essencialmente das atualizações salariais e progressões na carreira, que considerou naturais.

Quanto ao aumento de custos, destacou as rubricas com crescimentos superiores a 20%, nomeadamente informática e telecomunicações, arquivo e apoio jurídico, desporto, balcão único, juventude e associativismo, urbanismo e ordenamento do território, Proteção Civil, ação social, cultura, CNT e 2.º e 3.º ciclos.

Concluiu referindo que, caso a sessão estivesse a ser transmitida online, todos poderiam verificar que o Grupo Municipal do Partido CHEGA criticou os aumentos nas áreas da cultura, desporto, juventude e associativismo, precisamente setores que registaram um reforço significativo e que considerou positivo.

### Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso, em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, esclareceu que a preocupação do PS se prende com o investimento que continua por concretizar no concelho, não estando em causa os apoios atribuídos às instituições e associações. Considerou, contudo, que os recursos financeiros deveriam ser mais bem geridos.

Referiu ainda que o Partido Socialista privilegiaria um maior investimento em infraestruturas e modernização do concelho.

Concluiu apresentando alguns números constantes do documento em discussão: em 2025, o orçamento municipal era de 33,5 milhões de euros, tendo sido executados apenas 25,8 milhões. Acrescentou que o município investiu cerca de 4,6 milhões de euros, apesar de existir uma dotação orçamental que permitia investir 8,4 milhões, o que corresponde a uma execução de cerca de 55% do investimento previsto.

### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo, em resposta à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, afirmou registar com agrado uma ligeira abertura do PSD relativamente à transmissão online das sessões.

Esclareceu ainda que o Grupo Municipal do Partido CHEGA não criticou diretamente os aumentos referidos, tendo apenas questionado em que rubricas concretas esses aumentos ocorreram. Concluiu referindo que assume integralmente os termos utilizados pelo seu grupo municipal, não admitindo reparos do PSD nesse âmbito.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara começou por esclarecer que a questão da água e saneamento abordado pelo Sr. Pedro Fonseca seria tratada no ponto seguinte da ordem de trabalhos, por se tratar de matéria da responsabilidade da APAL.

Relativamente à intervenção do Sr. João Manso, reiterou já ter explicado os motivos da baixa execução de capital.

Concluiu salientando que o município apresenta uma taxa de execução de 85%, reduziu a dívida em cerca de 500.000,00 €. mantém uma capacidade de endividamento próxima dos 3,5 milhões de euros e registou um resultado líquido positivo de 2.048.000,00 €. superior ao do ano anterior.

### **Ponto 02 - Discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano 2025 da APAL – SIM**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 5653, datada de 09-04-2026, a **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, com 17 votos contra, 8 abstenções e 32 votos a favor, **aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano 2025 da APAL – SIM.**

Pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA foi apresentada declaração de voto, cujo teor consta no **Anexo 9**.

Acerca do ponto, o Sr. Presidente da Câmara procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor conta no **Anexo 10**.

Sobre a questão das obras, referiu que existem cerca de 1.500.000,00 € alocados na ITI da CIM para projetos a executar no concelho do Sabugal. Informou ainda que se encontram em execução três projetos de saneamento básico, um na Quarta-feira, no valor de 628.000,00 €, outro em Rebelhos no valor de 509.000,00 €, já em fase final de execução e em Aldeia da Dona, no valor de 538.000,00 €, igualmente em fase final.

Acrescentou que, para além destes projetos, estão também previstas a adutora de Quarta-feira, no valor de 155.000,00 €; a execução da rede de prolongamento em Aldeia da Ponte, no valor de 45.000,00 €; e a adutora de Dirão da Rua, no valor de 50.000,00 €.

Esclareceu que estas obras são candidatas ao Ciclo Urbano da Água, no âmbito do PT20/30 e da ITI da CIM.

Relativamente à baixa execução de capital, referiu que o primeiro ano da APAL correspondeu essencialmente ao período de instalação da entidade, o segundo à elaboração de projetos, sendo o corrente ano dedicado à respetiva execução.

Deu ainda nota de que estão em curso diversas intervenções destinadas a minimizar as perdas de água, que rondam os 60% no concelho. Nesse âmbito, está a ser instalada uma rede LoRa em 30 reservatórios, em sistema de telegestão, permitindo monitorização em tempo real e atuação imediata. Serão igualmente implementadas 30 zonas de medição e controlo (ZMC), através do seccionamento das redes, de forma a evitar cortes totais de abastecimento em caso de rotura.

Informou também que, durante o corrente ano, serão instalados 3.000 contadores mais eficientes, uma vez que os atuais não efetuam leituras precisas, contribuindo para o aumento das perdas de água.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso questionou quais foram os principais objetivos subjacentes à criação da APAL.

Grupo Municipal Cidadãos Eleitores:

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, começou por referir que sempre foi cético relativamente à criação da APAL, não identificando vantagens na sua constituição. Enquanto Presidente de Junta, considerou que os serviços anteriormente prestados pelo município eram mais céleres e eficazes. Nesse sentido, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o número de trabalhadores que transitaram da Câmara Municipal para a APAL e o respetivo impacto financeiro.

### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Saúl Ribeiro referiu que a questão do saneamento básico já havia sido anteriormente abordada e que, apesar de aparentemente vir a ser implementado, tal ainda não se reflete no orçamento em análise. Acrescentou que também importa abordar o problema relacionado com a prestação de contas, que, segundo afirmou, não pôde ser disponibilizada atempadamente devido à ausência de software adequado. Por esses e outros motivos já anteriormente referidos e esclarecidos, informou que o sentido de voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA seria contra.

Sobre a questão do software, o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu não ter tido conhecimento de qualquer problema na distribuição da documentação, referindo que os documentos foram recebidos, validados, disponibilizados na plataforma Teams e enviados diversas vezes através do WeTransfer.

### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata reiterou a sua posição crítica relativamente à APAL, considerando que a entidade apenas serviu para penalizar os consumidores. Por uma questão de coerência, informou que o seu voto seria contra.

Em resposta ao Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Câmara referiu que os objetivos da APAL constam do acordo de gestão celebrado aquando da sua criação, destacando a necessidade de criar escala para atrair investimento.

Informou ainda que existe uma candidatura ao Fundo Ambiental, no valor de 4.000.000,00 €, atualmente a aguardar aprovação, a qual permitirá concretizar intervenções consideradas fundamentais. Acrescentou que este assunto será analisado no dia 6, em Lisboa, numa reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Ambiente.

Deu também nota de que o município de Fornos de Algodres já formalizou o pedido da sua entrada na APAL e que Penamacor iniciou igualmente estudos nesse sentido. Relembrou ainda que foi o Governo do Partido Socialista que incentivou a criação de serviços intermunicipalizados.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, esclareceu que transitaram 15 funcionários para a APAL. Reconheceu, contudo, que existem ainda aspetos a melhorar, nomeadamente no que respeita às reposições, serviço que continua, por enquanto, a ser assegurado pela Câmara Municipal, sendo posteriormente faturado à APAL.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Saúl Ribeiro, o Sr. Presidente da Câmara afirmou não compreender a observação efetuada, considerando-a descontextualizada.

Intervieram novamente o seguintes Grupos Municipais:

### Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso afirmou que o relatório de contas da APAL-SIM demonstra incapacidade para atingir os objetivos que justificaram a sua criação. Referiu ainda partilhar da opinião do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, considerando que os serviços municipais anteriormente prestados apresentavam maior qualidade.

Acrescentou que, apesar de 2025 corresponder ao primeiro ano completo de funcionamento da APAL, as contas apresentadas são negativas. Referiu que o investimento realizado foi de pouco mais de 400.000,00 €, representando apenas cerca de 3,5% do previsto, quando o orçamento contemplava um investimento de aproximadamente 2.000.000,00 €, traduzindo-se numa taxa de execução próxima dos 20%.

Quanto às perdas de água, afirmou que os documentos da APAL apresentam informação contraditória. Referiu que a proposta n.º 8/2026 indicava perdas de 45% no concelho do Sabugal, enquanto o Anexo 3, página 37, do documento em discussão aponta para 61,5%, questionando qual o valor correto.

Mencionou ainda que, aquando da aprovação do orçamento, já havia alertado para a verba reduzida destinada às ações de fiscalização, acrescentando que apenas foram realizadas 250 ações de fiscalização nos quatro concelhos abrangidos.

Concluiu defendendo que o investimento terá de ser concretizado com urgência, sob pena de, futuramente, poder faltar água nas torneiras da população.

#### Grupo Municipal Cidadãos Eleitores

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, informou que o seu sentido de voto seria de abstenção, mantendo as reservas relativamente à APAL. Acrescentou esperar que este modelo não venha a repetir os problemas anteriormente associados a algumas empresas municipais.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo esclareceu que a questão anteriormente levantada se prendia com o software de gestão que a empresa responsável deveria ter fornecido e que, segundo afirmou, não foi disponibilizado.

Questionou se o software será fornecido atempadamente e de que forma será garantida a resolução da situação no futuro. Reconheceu que a APAL poderá representar uma economia de escala, mas alertou para a eventual perda de proximidade com os cidadãos.

Destacou ainda o valor de 61,5% de perdas de água referido pelo Sr. João Manso, considerando preocupante a situação dos cerca de 400 quilómetros de condutas existentes no concelho. Concluiu afirmando que, embora o Sr. Presidente da Câmara veja vantagens futuras na economia de escala, o Grupo Municipal do Partido CHEGA receia que, sem capacidade de afirmação do concelho do Sabugal dentro da estrutura, a solução possa vir a revelar-se prejudicial para os sabugalenses.

Em resposta ao Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, antes da integração na APAL, o município apresentava um défice anual de cerca de 1.200.000,00 € no saneamento e na água, considerando importante conceder algum benefício da dívida à entidade, uma vez que as situações identificadas estão a ser trabalhadas no sentido de serem minimizadas.

Relativamente às perdas de água, reconheceu tratar-se de um valor preocupante. Quanto às discrepâncias nos números apresentados, esclareceu que foram solicitados esclarecimentos à APAL, tendo sido identificado um lapso nos documentos anteriores, sendo os valores corretos os constantes do documento em discussão.

Garantiu ainda que os investimentos previstos irão avançar e que, num futuro próximo, os indicadores apresentarão melhorias significativas. Relembrou, contudo, que esses investimentos dependem das candidaturas disponíveis e da capacidade orçamental existente.

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, afirmou esperar que as reservas manifestadas não venham a confirmar-se.

Quanto à intervenção do Sr. Carlos Simões de Melo, esclareceu que está a ser analisado qual o sistema informático mais adequado para a APAL, prevendo-se a resolução da situação com a maior brevidade possível. Sobre a questão da proximidade aos consumidores, considerou que esta continua a existir, uma vez que os trabalhadores que transitaram da Câmara conhecem a realidade do território e os respetivos consumidores.

Concluiu referindo que os tempos de espera continuam a ser uma situação que importa combater.

### **Ponto 03 - Discussão e votação da proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) de Nave, Rapoula do Côa e Quadrazais**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 5600, datada de 08-04-2026, a **Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) de Nave, Rapoula do Côa e Quadrazais.**

O Sr. Presidente da Câmara, na apresentação do ponto em discussão, referiu que as ARU's resultam do objetivo do Município de dotar as freguesias desta classificação. Atualmente, o concelho dispõe 12 áreas, sendo 9 ARU's e 3 ORU's (Operações de Reabilitação Urbana). Salientou que esta ferramenta permite aos proprietários de habitações localizadas dentro do perímetro urbano beneficiar de diversos incentivos fiscais, nomeadamente ao nível do IM1, 1MT, IRS e IVA à taxa reduzida de 6%, podendo ainda acumular com o Plano de Incentivo à Recuperação do Património Edificado do Sabugal, até ao montante máximo de 13.500,00 €.

Referiu tratar-se de instrumentos importantes para incentivar a recuperação do património edificado e promover o desenvolvimento das aldeias e do território do concelho.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, felicitou o executivo pelo cumprimento da calendarização das ARU's e manifestou alguma expectativa relativamente à inclusão futura do Baraçal.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. Filipe Nunes felicitou os técnicos e equipas envolvidas na elaboração dos documentos, bem como o executivo pela concretização deste objetivo. Elogiou ainda o trabalho desenvolvido no sentido de promover sessões de esclarecimento sobre os apoios à reabilitação urbana.

Sugeriu, paralelamente, uma maior divulgação destas ferramentas nas redes sociais do Município, de forma a informar os munícipes sobre os benefícios e regras associadas.

Referiu ainda que, no âmbito da análise dos documentos, consultou o Portal da Habitação e verificou que as três ARU's aprovadas em anterior sessão já se encontram disponíveis, ao contrário da ARU do Sabugal, questionando o motivo dessa situação.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

A Sr.<sup>a</sup> Ana Gonçalves, em representação do Grupo Municipal do Partido CHEGA, manifestou o voto favorável do grupo, considerando que a criação das ARU's poderá contribuir para a reabilitação urbana, valorização do património e fixação da população nas freguesias.

Em resposta ao Sr. Filipe Nunes, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a elaboração dos planos é assegurada pelos técnicos do Município, agradecendo o empenho demonstrado.

Quanto à divulgação nas redes sociais, informou que iria averiguar o motivo pelo qual a informação não se encontra publicada. Relativamente ao Portal da Habitação, referiu desconhecer a razão da situação, comprometendo-se a verificar o sucedido.

Acrescentou que, no âmbito do quadro comunitário PT20/20, existia no Sabugal o PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana), onde estavam definidas várias intervenções. Com a reprogramação do PT20/30 e a publicação do PROT Centro, o Sabugal passou de PARU para PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), o que permitirá o acesso ao eixo 2 da regeneração urbana, considerando tratar-se de um aspeto positivo.

### **Ponto 04 - Discussão e votação da Carta Educativa de 2ª Geração do Município do Sabugal**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 5551, datada de 08-04-2026, a **Assembleia Municipal**, deliberou, por unanimidade, **aprovar a Carta Educativa de 2ª Geração do Município do Sabugal**.

Sobre o ponto em discussão, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o documento em análise é estratégico e indispensável para proceder a candidatura às obras da Escola Secundária do Sabugal.

A Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente, usou da palavra para informar que a Carta Educativa constitui um instrumento de planeamento e gestão da rede escolar, tendo já sido aprovada pelo Conselho Municipal de Educação. Referiu ainda que o parecer favorável da DGEST, entretanto emitido, permite agora a sua aprovação sem condicionantes.

Salientou tratar-se de um instrumento fundamental para o planeamento educativo do município. Esclareceu que a política do executivo passa pela manutenção de todas as escolas atualmente em funcionamento, acrescentando que o aumento do número de alunos justifica essa opção.

Nesse sentido, a Carta Educativa reflete a manutenção das escolas existentes, bem como o investimento necessário nas mesmas ao longo do tempo. Reforçou ainda que a aprovação deste documento pela Assembleia Municipal é necessária para a apresentação da candidatura às obras na sede do Agrupamento de Escolas do Sabugal.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Assembleia referiu, em nome da transparência, que decidiu agendar preventivamente o ponto, uma vez que faltava carregar na plataforma da DGEST o respetivo parecer. Informou que, à data da convocatória, o parecer ainda não se encontrava disponível, tendo solicitado à Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara que confirmasse à Assembleia que o mesmo já tinha sido carregado, o que foi confirmado.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do PSD

A Sr.<sup>a</sup> Sandra Silvestre referiu que o Sr. Presidente da Câmara e a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara já haviam esclarecido os aspetos essenciais deste importante instrumento estratégico, que orienta a organização da rede escolar e dos recursos educativos do concelho para os próximos anos.

Considerou que a análise do documento demonstra que a expressão “planificar para prevenir” constitui o pilar central da Carta Educativa. Referiu ainda que a Carta Educativa de Segunda Geração do Município do Sabugal, pelos diagnósticos demográficos e sociais, propostas e desafios apresentados, assume grande relevância e impacto para o território.

Concluiu informando que o Grupo Municipal do PSD votaria favoravelmente.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 11**.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

A Sr.<sup>a</sup> Sara Gonçalves referiu que o Grupo Municipal do Partido CHEGA manifestava voto favorável à revisão da Carta Educativa de Segunda Geração, por considerar tratar-se de um instrumento fundamental para o planeamento e organização da rede educativa do concelho.

### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata classificou o documento como excelente, informando que o sentido de voto seria favorável.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o executivo tomou nota das sugestões apresentadas. Informou ainda que, na manhã do próprio dia, em reunião com o Sr. Ministro da Educação, ficaram satisfeitos com os esclarecimentos prestados.

Explicou que a classificação da Escola Secundária do Sabugal (P2) estava inicialmente prevista no âmbito do PRR, mas que, não havendo prorrogação, o Governo recorreu a um empréstimo junto do BEI, destinado ao financiamento de cerca de 85 escolas, entre as quais a do Sabugal.

Nesse sentido, referiu que foi garantida a possibilidade de submeter a candidatura, cujo investimento ultrapassará os 8.000.000,00 €. cumprindo os parâmetros definidos pela Direção-Geral da Educação e assegurando financiamento.

Solicitou a palavra o Sr. César Cruz para esclarecer que a Carta Educativa não é aprovada uma segunda vez pelo Conselho Municipal de Educação, nem se destina apenas à candidatura para obras na escola secundária ou no agrupamento. Referiu que se trata de um documento muito mais abrangente e essencial para o município, justificando o acolhimento positivo generalizado por parte da Assembleia.

### **Ponto 05 - Discussão e votação da repartição de encargos do procedimento de contratação de aquisição de serviços de apoio e gestão do estabelecimento termal do Cró-Sabugal**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 5702, datada de 09-04-2026, a **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, com 17 votos contra e 40 votos a favor, **aprovar a repartição de encargos do procedimento de contratação de aquisição de serviços de apoio e gestão do estabelecimento termal do Cró-Sabugal.**

Pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA foi apresentada declaração de voto, cujo teor consta no **Anexo 12.**

Na apresentação do ponto, o Sr. Presidente da Câmara começou por referir que na Assembleia Municipal de 30-09-2022 a Câmara propôs a aprovação da repartição de encargos para uma prestação de serviços pelo de 3 anos para a gestão do balneário do Cró, que não mereceu acolhimento.

Solicitou, na altura, contributos e sugestões, mas até esta data ainda ninguém apresentou quaisquer contributos. Na altura foi prometida a realização de um estudo sobre as alternativas para a gestão

do balneário do Cró e esse documento foi agora disponibilizado, tanto para a Reunião de Câmara como para a Assembleia.

O estudo aponta para 4 opções: continuidade, otimização, expansão ou reversão.

É necessário manter o equipamento aberto por ser de vital importância e notoriedade para o território e que além do mais representa a manutenção de 15 postos de trabalho.

Desde a cessação da concessão com a Natura, o equipamento está, no âmbito dos concursos públicos promovidos, a ser gerido por uma empresa prestadora de serviços, não tendo, ainda sido possível encontrar uma solução mais equilibrada que assegure a gestão do balneário. No entanto, têm sido feitos investimentos importantes, nomeadamente na área da eficiência energética e que permitiu a descida em cerca de 40% da fatura energética. Serão efetuados mais investimentos, designadamente, através da submissão de uma candidatura de eficiência energética na ITI da CIM, para alteração do sistema de desumidificadores da piscina, isolamento térmico, substituição de tubagens e colocação de um novo chiller, cujo valor do investimento rondará os 600.000,00€ e tal implementação permitirá uma poupança na ordem de 30% de energia.

Foi solicitado ao diretor técnico, Sr. Vítor Cavaleiro, durante o anterior mandato um estudo para realização de um novo furo, para permitir a otimização em termos de temperatura. O estudo evidencia que a água termal sai a 23 graus e é necessário aquecê-la a 30 graus, o que acarreta custos enormes. Se, com um novo furo e através de geotermia, se conseguir aumentar 2 ou 3 graus de temperatura, os custos energéticos do equipamento minimizariam, tomando o equipamento mais atrativo para abertura de concurso de concessão, mas, neste momento, a ausência de perspetivas de rentabilidade não permite a atração de investidores privados.

Outra das alternativas passa pela venda do equipamento, no entanto, não acredita que alguém queira investir num equipamento que não pode ser dissociado do equipamento hoteleiro que não é da Câmara e não integrará o objeto do negócio.

A otimização pode acontecer fazendo o mesmo que se faz nas outras instâncias termais, só abrindo na época termal, mas o contrato com o hotel impõe que o equipamento tenha de estar aberto para os clientes do hotel acederem ao spa e à piscina lúdica.

Neste momento, o equipamento tem um défice de 497.350,00€. Tem uma despesa de 917.000,00€ e uma receita de 419.000,00€.

Um terceiro cenário da expansão consiste em atrair privados para criar dinâmicas e reconstruir as ruínas que lá se encontram, mas neste momento também não é possível.

O outro cenário é a reversão, em que a Câmara passaria a fazer a gestão do balneário, mas isso só iria aumentar os custos e adiar um problema.

Portanto, o melhor cenário, neste momento, é a otimização, para que dentro de um ano se possa abrir um concurso de concessão.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que dada a natureza muito complexa do problema que já é objeto de debate há largos anos e que se antecipa vir a agudizar-se no futuro,

está disponível para que seja abordado em sessão extraordinária, caso o Executivo e os grupos municipais assim o entendam.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, começou por referir que o Cró é estruturante e um ativo estratégico do Sabugal com uma função social, terapêutica, turística, lúdica, ímpar na região e um potencial de crescimento considerável.

É da opinião que a reversão não é boa ideia, pelo facto de a Câmara não ter perfil e know-how e dirigir um empreendimento vai aumentar as despesas da Câmara, só por via do pessoal.

O balneário do Cró é um projeto que terá de ser liderado pela iniciativa privada, quer através de acordos, quer através da concessão a uma empresa privada, salvaguardando o município os interesses e garantias necessários.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso começou por referir que as Termas do Cró constituem um ativo importante do concelho e uma marca identitária dos sabugalenses, defendendo, por isso, a sua manutenção em funcionamento. Destacou a importância dos serviços prestados à população do concelho e a utentes provenientes de outros territórios, salientando a qualidade das águas termais, do serviço de fisioterapia e do hotel existente, embora este último seja de gestão privada.

Realçou ainda o esforço desenvolvido pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo executivo municipal na redução dos custos energéticos associados ao equipamento.

Contudo, referiu que a questão tem sido sucessivamente debatida apenas em momentos próximos do término do contrato de gestão, considerando pertinente a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária dedicada ao tema, conforme sugerido pelo Sr. Presidente da Assembleia. Manifestou reservas quanto à renovação do contrato com a empresa responsável pela gestão desde 2022, entendendo que esta não trouxe o know-how esperado, uma vez que a redução de custos verificada resulta sobretudo do investimento realizado pelo Município ao nível da eficiência energética.

Referiu ainda que a análise da documentação enviada evidencia um défice significativo entre receitas e despesas. Ainda assim, reconheceu que, tratando-se de um serviço público, o balneário termal poderá não ter como principal objetivo a obtenção de lucro.

Defendeu, por fim, a necessidade de uma nova abordagem à gestão do equipamento, considerando que uma gestão assegurada por funcionários especializados do Município poderia reduzir encargos sem comprometer o funcionamento do serviço. Informou também que, à semelhança dos Vereadores do Partido Socialista, o Grupo Municipal do PS votaria contra o documento em análise.

O Sr. Filipe Nunes começou por salientar que a gestão das Termas do Cró é, na prática, assegurada pelo Município, exemplificando com a manutenção das zonas verdes, a preocupação com a

eficiência energética e os investimentos realizados no equipamento termal, referindo que a empresa contratada se limita essencialmente à gestão dos recursos humanos.

Referiu que o objetivo da gestão de um equipamento desta natureza deveria passar pela obtenção de resultados positivos, embora os estudos existentes demonstrem, desde logo, a previsão de prejuízos.

Acrescentou que o último grande investimento realizado pelo Município nas Termas do Cró ocorreu em 2006, considerando que, desde então, o parque termal tem sido alvo de reduzido investimento. Destacou ainda a existência de vários edifícios devolutos e ao abandono na envolvente, alguns pertencentes a privados, defendendo que o Município dispõe de instrumentos legais e capacidade técnica que poderiam permitir a recuperação desse património, potenciando a atratividade e o número de utentes do espaço.

Defendeu também que a verba atualmente paga à empresa gestora poderia ser canalizada para a contratação direta de funcionários pelo Município, assegurando o mesmo serviço.

Por fim, referiu que o Cró necessita de maior investimento, apontando como exemplos a Pensão Senhora dos Milagres, o antigo espaço termal e diversas habitações devolutas. Mencionou ainda a existência de projetos bem-sucedidos na região da Beira Interior e informou que, com o intuito de contribuir para a reflexão sobre o tema, iria remeter uma tese de mestrado da Universidade da Beira Interior, datada de 2011.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

A Sr.<sup>a</sup> Marisa Igreja procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 13**.

#### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata começou por referir que ninguém conseguiu provar que uma gestão privada seja melhor do que uma gestão pública. Considera que importa estudar a questão e perceber porque é que a Câmara não poderá gerir adequadamente as Termas do Cró, tendo recursos humanos competentes para o efeito, entendendo, por isso, que essa também deve ser uma opção.

Findas as intervenções, foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

#### Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, referiu que partilha e subscreve a preocupação evidenciada.

#### Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Em resposta ao Sr. João Manso, esclareceu que não será entregue nada a qualquer empresa, ao invés será promovido um concurso público internacional, aberto à concorrência, pelo valor

legalmente definido para esse tipo de procedimento, carecendo ainda de visto do Tribunal de Contas.

Referiu ainda que a Câmara apenas conseguiria assegurar funções de secretariado e manutenção, não dispondo de capacidade para contratar técnicos especializados na área da saúde.

Em resposta ao Sr. Filipe Nunes, referiu que a Câmara não dispõe de capacidade financeira para realizar investimentos desta dimensão, sobretudo quando os terrenos e construções são privados, sendo os privados os únicos com capacidade para concretizar esse tipo de investimento, conforme identificado no estudo apresentado.

Acrescentou que o Hotel do Cró enfrenta outro problema estrutural, relacionado com a reduzida capacidade hoteleira existente, não podendo a Câmara obrigar o privado a construir uma nova unidade.

Referiu ainda que, quando o Hotel do Sabugal estiver em funcionamento, poderá ser celebrado um protocolo de colaboração com o Balneário do Cró, com o objetivo de aumentar o número de clientes.

Quanto ao investimento, esclareceu que estão a ser realizadas intervenções para tornar o equipamento mais atrativo e só posteriormente poderão ser equacionados outros projetos, atendendo à riqueza patrimonial e natural daquela zona.

#### Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA:

Em resposta à Sr.a Marisa Igreja, referiu que gostaria que fossem apresentadas soluções concretas, à semelhança do que foi feito pelo Sr. Filipe Nunes.

Relativamente ao gestor do contrato, esclareceu que, por imposição legal, todos os contratos têm de ter um gestor, não estando isso relacionado com a gestão do equipamento. Explicou que compete ao gestor validar pagamentos, acompanhar a execução contratual e avaliar os relatórios mensais apresentados pela empresa.

Sobre o ponto em discussão, o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que o que estava em votação era apenas a repartição de encargos.

Acrescentou que o futuro do Cró já se encontra definido por opção da Câmara Municipal, competindo à Assembleia Municipal deliberar apenas sobre a repartição de encargos para os próximos dois anos. Referiu ainda que, caso o Sr. Presidente da Câmara entenda trazer à Assembleia uma solução definitiva para discussão, tal poderá ocorrer em sessão extraordinária.

Sobre o ponto em discussão, o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que o que estava em votação era apenas a repartição de encargos.

Acrescentou que o futuro do Cró já se encontra definido por opção da Câmara Municipal, competindo à Assembleia Municipal apenas deliberar sobre a repartição de encargos para os próximos dois anos. Referiu ainda que, caso o Sr. Presidente da Câmara entenda trazer à Assembleia uma solução definitiva para discussão, tal poderá ocorrer, tal como já tinha referido, em sessão extraordinária.

Intervieram novamente os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. João Nunes reforçou que o ponto em discussão era exclusivamente a repartição de encargos. Referiu que, tratando-se de uma situação financeiramente grave e onerosa para o Município, analisou apenas os investimentos que o Sr. Presidente da Câmara informou estarem a ser realizados para reduzir a despesa gerada pelo Cró, para além da própria repartição de encargos.

Na sua perspetiva, o valor da repartição de encargos não difere significativamente dos custos associados à gestão do Cró.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo referiu tratar-se de um problema complexo. Contudo, considerou que o Grupo Municipal do Partido CHEGA não consegue dissociar a repartição de encargos da solução encontrada pelo Sr. Presidente da Câmara, entendendo que, ao votar esta repartição, estão também a comprometer-se com essa solução.

Nesse sentido, considerou positiva a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para discutir o assunto de forma mais aprofundada e fundamentada, permitindo aos grupos municipais apresentar propostas e soluções alternativas.

Concluiu referindo que, no entendimento do Grupo Municipal do Partido CHEGA, a repartição de encargos está diretamente ligada à solução encontrada e, por esse motivo, tal como referido pela Sr.<sup>a</sup> Marisa Igreja, o sentido de voto será contra.

Findas as intervenções e esclarecimentos, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou o Sr. Presidente da Câmara por ter tido a coragem de apresentar documentos que sustentam, com realismo, os efeitos do passado, do presente e do futuro relativamente à solução em análise, algo que, segundo referiu, não aconteceu no passado.

Considerou que o estudo apresentado permite uma discussão mais objetiva e fundamentada, independentemente das diferentes opções políticas e gestionárias.

Concluindo, reiterou que à Assembleia Municipal não compete discutir a solução estratégica, por se tratar de uma competência da Câmara Municipal. Tal discussão, com referiu, poderá ser efetuada nos termos indicados.

#### **Ponto 06 – Atividade Municipal**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal.

Não se verificaram intervenções.

## **Intervenção do Público**

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir.

Foi concedida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Sandra Santos, que abordou a perda de benefícios fiscais associados à recuperação de património particular no Baraçal, nomeadamente no que respeita à aplicação da taxa reduzida de IVA de 6%, aquando da integração da freguesia numa ARU. Apresentou três questões:

1. Quando será o Baraçal integrado numa ARU;
2. Quais os critérios que determinam essa inclusão;
3. Estando já a investir no Baraçal, se existe a possibilidade de ser ressarcida aquando da integração da freguesia na ARU.

Seguiu-se o Sr. José Carlos, que questionou o motivo pelo qual a estrada Malcata–Quadrazais tem valetas em calçada na zona de Malcata e não na zona de Quadrazais, tratando-se de uma estrada com bastante movimento.

Questionou também se a Junta de Freguesia de Malcata e a Câmara Municipal têm previsto o calcetamento do caminho de Malcata até ao Talefe.

Em resposta à Sr.<sup>a</sup> Sandra Santos, o Sr. Presidente da Câmara saudou o investimento realizado no concelho, mais concretamente no Baraçal, manifestando disponibilidade para apoiar no que for possível.

Relativamente à integração das ARU, esclareceu que esta está a ser efetuada por ordem demográfica e geográfica, prevendo-se que a do Baraçal avance ainda durante o presente ano. No entanto, referiu que já não será possível qualquer ressarcimento relativo a obras entretanto realizadas. Acrescentou, contudo, que poderá solicitar apoio no âmbito do regulamento "Sabugal Investe" e da GAL Local da PRORaia. Para mais esclarecimentos, informou que poderá dirigir-se ao Município ou ao Smart Work Center, onde existe um gabinete de apoio ao empresário disponível para prestar os esclarecimentos necessários.

Em resposta ao Sr. José Carlos, explicou que a colocação dos paralelos surgiu no âmbito de uma parceria com a empresa das eólicas e que, através da respetiva contrapartida financeira, a Junta de Freguesia de Malcata entendeu executar essa intervenção em calçada. Acrescentou que a Associação Malcata com Futuro também foi apoiada nesse âmbito, desconhecendo, no entanto, o destino dado a esse apoio financeiro.

Sobre o calcetamento até ao Talefe, referiu que, caso o caminho esteja inserido na área da reserva, poderá não ser possível realizar essa intervenção. Ainda assim, aconselhou a articulação da questão com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Malcata.

Não tendo mais havido inscrições para o efeito e sem mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e

cinquenta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada por Vânia Martins Filipe, Técnica Superior que a lavrou e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º. 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, \_\_\_\_\_

Assinado por: **Manuel Augusto Meirinho Martins**  
Num. de Identificação: 06626219  
Data: 2026.07.03 18:22:52+01'00'

Assinado por: **Vânia Martins Filipe**  
Num. de Identificação: 13572410  
Data: 2026.07.08 10:10:28+01'00'

A Técnica Superior, \_\_\_\_\_

Vânia Martins Filipe

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL**

**ATA N. 02/2025 – ANEXOS**

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2026**

**Anexo 1**

**Moção 25 de Abril – Grupo Municipal da CDU**

No 52º aniversário da Revolução de Abril e no 50º aniversário da Constituição da República

Considerando que assinalámos este ano o 52º aniversário da Revolução de Abril e o 50º da Constituição da República do Portugal libertado da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e democracia.

Considerando que a consagração do poder local democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores actos de afirmação de soberania e independência nacionais.

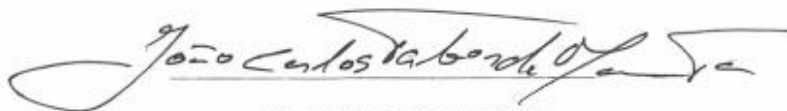
Considerando que os valores de Abril permanecem no ideário do povo português, e que a Constituição da República consagra um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz.

A Assembleia Municipal do Sabugal reunida a 30-04-2026 delibera:

1º Saudar os militares de abril e os deputados constituintes.

2º Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses.

Sabugal, 30-4-2026



Grupo Municipal da CDU

## Anexo 2

### **Proposta de deliberação sobre a transmissão online das sessões da Assembleia Municipal – Grupo Municipal do Partido CHEGA**

**Assunto: Proposta de deliberação sobre a transmissão online das sessões da Assembleia Municipal**

O Grupo Municipal do Partido CHEGA com assento na Assembleia Municipal do Sabugal, solicita que seja apreciada e votada a presente proposta de deliberação no período de antes da ordem do dia da sessão ordinária de 30 abril de 2026, ao abrigo da alínea e), do parágrafo 1. do artigo 29.º do Regimento desta Assembleia.

#### **Proposta de deliberação**

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo representativo do município, exercendo competências próprias de fiscalização, apreciação e deliberação sobre matérias de relevante interesse público e de funcionamento interno. O exercício pleno dessas competências pressupõe o respeito rigoroso pelo quadro legal e regulamentar aplicável, designadamente pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e pelo Regimento da Assembleia Municipal.

O Regimento constitui a norma orientadora do funcionamento da Assembleia Municipal, estabelecendo regras claras quanto ao seu funcionamento e à publicidade dos seus trabalhos e atos. O seu cumprimento não é facultativo nem suscetível de interpretação casuística.

O parágrafo 3. do Artigo 54º do Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal, expressa inequivocamente que “as sessões da Assembleia poderão ser objeto de transmissão on-line, carecendo para tal de avaliação dos requisitos técnicos e logísticos e de aprovação de regulamento próprio para o efeito”.

A transmissão online das sessões da Assembleia Municipal alarga o carácter público das mesmas, conforme referido no parágrafo 1. do Artigo 50º do Regimento, garantindo que um maior número de munícipes tenha acesso aos trabalhos realizados em sede de sessão da Assembleia Municipal o que, no entendimento do Grupo Municipal do Partido CHEGA, fará aumentar a transparência sobre as deliberações, trabalhos e decisões do órgão.

Assim, e pelos termos atrás expostos, o Grupo Municipal do Partido CHEGA propõe que:

1. Sejam iniciados os trabalhos referentes a prover os serviços da Assembleia Municipal do Sabugal com os meios técnicos necessários à transmissão online dos seus trabalhos;
2. Seja nomeado um grupo de trabalho, com um elemento de cada grupo municipal e com o Membro Único de Partido Político, com vista à elaboração do regulamento próprio para transmissão online das sessões da Assembleia Municipal;
3. Seja apreciado e votado o regulamento referido no número anterior na sessão ordinária de novembro de 2026.

Sabugal, 10 de abril de 2026

Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo

Representante do Grupo Municipal do Partido Chega



Assinado por: Carlos Nuno  
Gomes e Simões de Melo  
Identificação: 006483423  
Data: 2026-04-10 às 07:35:37

### Anexo 3

#### **Intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**

*“Reflexão inicial: será que se estivesse agora a ser gravado e transmitido em direto, a minha intervenção seria esta que vou fazer ou uma outra diferente?”*

*Esta proposta assenta, no meu entender, em duas premissas erradas. A primeira é a de que a não implementação das transmissões online configura uma ilegalidade. A segunda é a de que as transmissões online aumentam, por si só, a transparência das deliberações da Assembleia Municipal.*

*O Sr. Membro da Assembleia, Nuno de Melo, falou na necessidade de um respeito rigoroso pelo quadro legal.*

*Pois bem, vejamos então o quadro legal.*

*A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece no seu artigo 49.º:*

*N.º 1 — “As sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento ao público.”*

*Ou seja, as sessões são públicas no sentido de permitir a presença física dos cidadãos e a sua participação nos momentos previstos para o efeito.*

*N.º 3 — “As sessões e reuniões dos órgãos das autarquias locais deve ser dada publicidade, com indicação dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a promover o conhecimento dos interessados.”*

*Mais uma vez, estamos perante uma obrigação de publicidade relativa à realização das reuniões e à possibilidade de participação presencial.*

*Passemos agora ao Regimento da Assembleia Municipal.*

*O artigo 50.º, que transpõe o referido artigo 49.º da lei, determina:*

*N.º 1 — “As reuniões da Assembleia Municipal são públicas.”*

*N.º 2 — “Das sessões deve ser dada publicidade dos dias, das horas e dos locais onde vão ocorrer.”*

*Já o artigo 54.º dispõe o seguinte:*

*N.º 1 — “As sessões podem contar com a presença de órgãos de comunicação social.”*

*N.º 3 — “As sessões da Assembleia poderão ser objeto de transmissão online, carecendo, para tal, de avaliação dos requisitos técnicos e logísticos e de aprovação de regulamento próprio para o efeito.”*

*É isto que existe, atualmente, em matéria de transmissão online.*

*Sinceramente, não consigo vislumbrar aqui qualquer desrespeito pelo quadro legal.*

*Mas a questão que hoje discutimos não é uma escolha entre transparência e opacidade. Essa dicotomia é falsa e simplista. A verdadeira questão é saber como garantir transparência democrática sem comprometer direitos fundamentais, o funcionamento institucional e a qualidade do debate político local.*

*Importa recordar, desde logo, que a Assembleia Municipal já é um órgão público. As suas decisões são publicadas, as atas são acessíveis e os cidadãos podem assistir presencialmente às reuniões. Ou seja, a transparência já existe — de forma institucional, controlada e juridicamente enquadrada.*

*A introdução de transmissões integrais em direto levanta, no entanto, problemas sérios que não podem ser ignorados.*

*Desde logo, a proteção de dados pessoais. Em múltiplas intervenções podem surgir referências a situações individuais de munícipes, processos urbanísticos, questões sociais ou até dados sensíveis relativos a trabalhadores municipais. Uma transmissão em direto transforma essa exposição em algo permanente, replicável e fora do controlo da Assembleia, com potenciais riscos de violação do RGPD.*

*Em segundo lugar, coloca-se uma questão de proporcionalidade. A transparência não é um valor absoluto que se imponha sem limites. Já existem mecanismos eficazes de escrutínio público. A transmissão integral em direto pode não acrescentar valor significativo face aos mecanismos já existentes, introduzindo, em contrapartida, riscos reais e permanentes.*

*Há ainda um terceiro ponto, igualmente relevante: o funcionamento da própria democracia local. A Assembleia deve ser um espaço de debate livre, técnico e, muitas vezes, de negociação política responsável. A presença constante de câmaras em direto pode alterar esse equilíbrio, incentivando intervenções orientadas para o impacto mediático, para frases retiradas de contexto e para a lógica das redes sociais, em vez de promover um debate sério, ponderado e construtivo.*

*E é precisamente aqui que surge o risco da desinformação: não por falta de transparência, mas por excesso de fragmentação. Pequenos excertos, isolados do contexto, podem distorcer decisões complexas e prejudicar a perceção pública do trabalho autárquico.*

*E, neste ponto, Sr. Membro da Assembleia Nuno de Melo, não posso deixar de referir a facilidade com que o Chega recorre, frequentemente, à descontextualização e à simplificação excessiva do debate político para construir determinadas narrativas públicas. Francamente, não estou convencido de que seja apenas com a transparência que V. Exas. estejam preocupados.*

*O que defendemos, portanto, não é menos transparência. É melhor transparência — compatível com a legalidade, com a proteção dos cidadãos e com a dignidade do funcionamento democrático desta Assembleia.*

*Por tudo isto, rejeitaremos esta proposta.”*

#### Anexo 4

##### **Intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**

*“Boa tarde a todos,*

*Permitam-me, em primeiro lugar, dirigir uma palavra de reconhecimento às Juntas de Freguesia pelas diversas iniciativas promovidas desde a última Assembleia, com especial destaque para as celebrações da Semana Santa. Estas iniciativas não são apenas eventos simbólicos ou religiosos; são, acima de tudo, momentos de coesão social, de encontro entre gerações e de afirmação da identidade cultural que nos distingue.*

*Quero também endereçar uma palavra de felicitação à Câmara Municipal pela publicação da 15.ª edição da revista Sabucale. Esta publicação tem-se afirmado como um instrumento fundamental de valorização do nosso património histórico, cultural e humano. Num tempo em que a informação é, muitas vezes, rápida e efémera, importa destacar projetos que apostam na reflexão, na memória e na qualidade. A Sabucale constitui, nesse sentido, um contributo relevante para a construção de uma narrativa sólida sobre o nosso concelho, promovendo o conhecimento e reforçando os laços entre passado, presente e futuro.*

*Uma nota ainda sobre o contexto internacional.*

*Penso que não temos o direito de esquecer os vários conflitos que se arrastam por tempo indeterminado: na Ucrânia, na Faixa de Gaza, no Sudão, em Myanmar, no Iémen, nos países do Sahel, no Médio Oriente e em tantas outras regiões de África e da Ásia. Não temos o direito de esquecer, e temos a obrigação de refletir sobre o privilégio de ainda vivermos numa situação mais confortável.*

*Ainda no plano da política internacional, importa destacar a recente derrota de Viktor Orbán e o significado político que este momento poderá representar para além das fronteiras do seu país. Parece corresponder ao fim de um ciclo marcado por práticas que colocaram em causa princípios fundamentais, como a separação de poderes, a liberdade de imprensa e o respeito pelas instituições democráticas. Este momento abre a possibilidade de um novo rumo, mais alinhado com os valores europeus valores assentes na transparência, na liberdade, na dignidade humana e no primado do Estado de direito. É um lembrete de que a democracia não é um dado adquirido, mas sim uma construção contínua que exige vigilância, compromisso e responsabilidade.*

*Para finalizar, partilho uma reflexão inspirada na missão Artemis II. Quando olhamos para a Terra a partir do espaço, como fizeram os tripulantes desta missão, vemos um planeta pequeno, belo e extraordinariamente frágil, um “pálido ponto azul” suspenso na vastidão de um universo escuro e aparentemente indiferente. Esta perspetiva deve interpelar-nos profundamente. Deve recordar-nos que todas as nossas decisões, todos os conflitos e todas as políticas públicas têm lugar neste espaço limitado que partilhamos.*

*E é precisamente aqui que reside a nossa responsabilidade enquanto agentes políticos. O futuro não se constrói apenas com crescimento económico, mas também com equilíbrio, visão e respeito pelo planeta que garante a nossa existência. Que essa imagem da Terra vista do exterior nos ajude a recentrar prioridades, a ultrapassar divisões estereis e a assumir, com coragem, o compromisso de deixar às gerações futuras um mundo mais justo, mais equilibrado e mais habitável.*

*Muito obrigado!”*

### Anexo 5

#### **Declaração de voto – Grupo Municipal do Partido CHEGA**

O Grupo Municipal do Partido CHEGA com assento na Assembleia Municipal do Sabugal, ao abrigo do artigo 50.º do Regimento desta Assembleia, apresenta o registo de voto de vencido sobre o ponto 1 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 30 de abril de 2026, Prestação de Contas do Município referente ao ano de 2025.

#### **Registo de voto de vencido – Declaração de voto**

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, com assento na Assembleia Municipal do Sabugal, votou contra a Prestação de Contas do Município referente ao ano de 2025 discutida e votada em sessão ordinária de 30 de abril de 2026, tendo em consideração os resultados demonstrados referentes ao ano de 2025.

As contas de 2025 revelam que a Câmara foi gerida apostando no crescimento paulatino e acentuado das despesas correntes, na redução brusca das despesas de capital e no contínuo aumento das despesas com pessoal.

As despesas correntes ultrapassam os 78% do orçamento, tendo tido um crescimento de quase 30% (27,85%) entre 2022 e 2025.

As despesas de investimento caíram, entre 2024 e 2025, 25,22%, com uma execução orçamental abaixo dos 55%, estando em crise a capacidade de investimento da Câmara.

Por outro lado, as despesas com pessoal têm aumentado decisivamente. Em 2025, as despesas com pessoal cresceram, relativamente a 2024, 7,5%.

Este voto espelha igualmente a posição contrária à gestão que o Presidente da Câmara tem realizado e que tem vindo a colocar a Câmara do Sabugal numa situação de enorme

vulnerabilidade económico-financeira, já que tem optado, ao longo dos anos, por aumentar as despesas correntes em detrimento das despesas de investimento.

A curto prazo, este tipo de decisão política por parte do Executivo Camarário, irá ter, no entendimento do Grupo Municipal do Partido CHEGA, um intenso impacto negativo em todo o Concelho, afetando diretamente todos os Sabugalenses, nomeadamente os Funcionários do Município, devido à incapacidade de a edilidade proceder à realização de obra no Concelho.

Em síntese, o Grupo Municipal do Partido CHEGA não se revê nas prioridades do Executivo Camarário e, como tal, vota contra a Prestação de Contas do Município referente ao ano de 2025, devendo este ser considerado também como um voto contra uma gestão autárquica cujas consequências levarão, no entendimento deste Grupo Municipal, à degradação das condições e da qualidade de vida de todos os Sabugalenses.

Sabugal, 30 de abril de 2026



Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo

Representante do Grupo Municipal do Partido Chega

## Anexo 6

### **Intervenção do Sr. Presidente da Câmara**

*“Em termos globais a execução orçamental do Município de Sabugal com referência a 31 de dezembro de 2025 apresenta-se positiva, com uma execução total da receita de 85% no valor de vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos e cinquenta e um euro).*

- *Receitas Correntes tiveram uma execução foi de 89% correspondendo a 20 966 049,00€,*
- *Receita Capital tiveram uma execução de 67% correspondendo a 7 476 502,00€.*

*O Município de Sabugal a 31-12-2025 arrecadou mais receita, 350.856€ (+1%), do que relativamente ao período homólogo*

*Em relação à despesa a execução foi de 77% no valor de vinte e cinco milhões setecentos e sessenta e sete mil, cento e noventa e um euros (25.767.191,00€).*

- *Despesas Correntes a execução foi de 85% correspondendo a 20.208.848,00.*
- *Despesas de Capital a execução foi de 58% correspondendo a 5.558.343,00€.*

*No que se refere à execução orçamental foi possível transitar com um saldo de gerência positivo para 2026 de dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil, trezentos e sessenta euros (2.675.360,00€)*

*Durante a execução do orçamento ficou garantido o equilíbrio orçamental, uma vez que houve receitas suficientes para cobrir todas as despesas. E a receita corrente bruta foi superior à despesa corrente acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, com saldo positivo de 1.024.321,00€*

*A 31/12/2025 a dívida total do Município encontra-se dentro dos limites legais.*

*Relativamente ao ano 2024 houve uma redução de 454.112,40 no valor da dívida total.*

*- Dívida Total = 12.245.981,77€, retirando o valor dos empréstimos fica em 971.748,63€ (onde estão incluídos 323.059 euros das entidades participadas; AIRC -27.838,67€ / CIMBSE – 91.013,88€ / CESAB – 21.965,00€ / APAL – 177.949,72€).*

- *Dívida total permitida = 15.821.025,00€*
- *Margem disponível = 3.575.043,00€*

*Não existiam pagamentos em atraso com mais de 90 dias, e apresenta um prazo médio de pagamentos de 14 dias.*

*O Município apresentou um Resultado líquido positivo de 2.048.362,00€, aumentou 128.075,00€ em relação a 2024.”*

### Anexo 7

#### **Intervenção do Sr. João Manso**

*“Relativamente à Prestação de Contas do Município referente ao ano 2025, existe uma aparente saúde financeira do município. Há equilíbrio orçamental, com vantagem para a execução das receitas, o que gerou um resultado líquido do exercício superior a 2.000.000,00 euros.*

*A capacidade de endividamento ainda existe. Apesar de termos uma dívida total superior a 12.000.000,00 euros, o município ainda tem liquidez, não há pagamentos em atraso aos fornecedores, mas o problema é que essa aparente saúde financeira esconde grandes debilidades na gestão, nomeadamente ao nível da incapacidade de melhorar o investimento. Aí, o cenário afigura-se-nos alarmante. Em termos de execução orçamental, a despesa corrente paga regista um nível de execução de 84,7%, enquanto que a despesa de capital teve uma execução de apenas 57,5%. Quer isto dizer que o município tem capacidade para gastos correntes sem ser capaz de ter a mesma capacidade para financiar investimento.*

*Ainda na análise à despesa, houve um crescimento desmesurado dos encargos correntes, destacando-se um aumento de 710.000,00 euros na aquisição de bens e serviços e de 482.000,00 euros em despesas com pessoal, o que demonstra dificuldades no controlo financeiro.*

*Por sua vez, no que reporta às despesas de capital, verificou-se uma queda de mais de 1,5 milhões de euros na aquisição de bens de capital, ou seja, o investimento caiu 25% no ano 2025. Com este crescimento desmesurado das despesas correntes face às despesas de capital, constatamos que o município apenas conseguiu canalizar para o investimento 21,5% das despesas.*

*Atende-se também a que o valor das despesas de capital resulta quase exclusivamente de receitas próprias do município, pois apenas 10% destes gastos teve origem em financiamentos da União Europeia.*

*Isso revela a pouca capacidade da Câmara Municipal na candidatura a programas de financiamento para a realização de investimentos no concelho.*

*Este é o valor relativo mais baixo de sempre em investimento, acentuando uma tendência que já vem de trás e que nos coloca num limiar difícil. Todos sabemos que as despesas correntes são muito difíceis de controlar, nomeadamente as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, que, aliás, vêm crescendo imparavelmente há muitos anos. Face a isso, olhamos com muita preocupação para o futuro do concelho do Sabugal, que necessita de obras estruturantes para o futuro, não revelando a Câmara capacidade para as vir a realizar.*

*A ineficiência da gestão e a manifesta incapacidade de investimento reveladas no relatório e contas em análise levam-nos a votar contra a sua aprovação nesta Assembleia, em sintonia, aliás, com o voto expresso pelos nossos vereadores na Câmara Municipal.*

*Com o voto contra, pretendemos vincar a necessidade de uma gestão mais rigorosa e transparente, que siga uma estratégia de desenvolvimento, onde o investimento, para nós, tenha um papel fulcral.”*

### Anexo 8

#### **Intervenção do Sr. Pedro Fonseca**

*“Exm.º Sr. Presidente,*

*Membros da Assembleia Municipal,*

*Exm.º Sr. Presidente da Câmara e restante executivo municipal,*

*Da demonstração apresentada pelo executivo camarário, verifica-se uma gestão assente no aumento das despesas correntes em detrimento do investimento em infraestruturas capazes de promover o desenvolvimento empresarial, o bem-estar e a fixação de população jovem no concelho.*

*Neste sentido, entendemos serem necessários esclarecimentos sobre algumas rubricas orçamentais que carecem de clarificação e fundamentação, nomeadamente:*

- *Como se justifica a redução de 17% no investimento em contratação e obras públicas face a 2024 e de que forma serão asseguradas as intervenções necessárias nas freguesias do concelho, em especial na rede de águas e saneamento, quando ainda existem aldeias sem saneamento básico?*
- *Qual a justificação para o aumento de 48% na rubrica Desporto, Juventude e Associativismo e de 70% na rubrica Cultura?*
- *O CNT vê o seu orçamento aumentar de 50.000,00 € para 83.000,00 €, ou seja, mais 66% face ao ano anterior. Que investimento justifica este aumento?*
- *Como se explica que as festas da cidade tenham passado de um orçamento de 8.000,00€ em 2024 para 358.000,00€ em 2025, o que representa cerca de 71.700,00€ por dia?*
- *Gostaríamos ainda de ver clarificada a verba atribuída à Natura Empreendimento S.A., vulgo Termas do Cró, nomeadamente qual o retorno obtido pela autarquia do investimento anual de cerca de 1,2 milhões de euros.”*

## Anexo 9

### Declaração de voto – Grupo Municipal do Partido CHEGA

Considerando que as contas se apresentam formal e contabilisticamente corretas, o Grupo Municipal do Partido CHEGA avalia negativamente as opções políticas espelhadas nestas contas, pelo que votam contra a sua aprovação por parte da Assembleia Municipal do Sabugal.

Em síntese, o Grupo Municipal do Partido CHEGA não se revê nas prioridades da Administração da APAL - SIM e, como tal, vota contra o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2025 desta entidade.

Sabugal, 30 de abril de 2026



Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo

Representante do Grupo Municipal do Partido Chega

O Grupo Municipal do Partido CHEGA com assento na Assembleia Municipal do Sabugal, ao abrigo do artigo 50.º do Regimento desta Assembleia, apresenta o registo de voto de vencido sobre o ponto 2 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 30 de abril de 2026, Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2025 da APAL - SIM.

#### Registo de voto de vencido – Declaração de voto

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, com assento na Assembleia Municipal do Sabugal, votou contra o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2025 da APAL -SIM referente ao ano de 2025 discutida e votada em sessão ordinária de 30 de abril de 2026, tendo em consideração os resultados demonstrados referentes ao ano de 2025.

O relatório de gestão e prestação das contas da APAL-SIM referentes a 2025, revelam, no entendimento do Grupo Municipal do Partido CHEGA, a existência de investimento de cerca de 400 mil euros, ou seja, 3,5% da despesa total, quando tinham sido orçamentados mais de 2 milhões de euros para tal, numa taxa de execução de somente 20%.

De igual forma, as perdas de água na rede, no nosso município, atingem valores aproximados de 60%, sendo o concelho mais afetado. Considera este Grupo Municipal que é urgente, e extremamente necessário, tomarem-se medidas para a reparação e/ou renovação da rede de abastecimento de água no concelho do Sabugal.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA continua a questionar a utilidade de se ter aderido a esta rede, pois em 2025 não detetámos qualquer investimento na renovação da rede de água e na extensão do saneamento às aldeias que permanecem fora do sistema.

### Anexo 10

#### **Intervenção do Sr. Presidente da Câmara**

*“Em termos globais a execução orçamental da APAL com referência a 31 de dezembro de 2025 apresenta-se positiva, com uma execução total da receita de 86.38% no valor 13.001.626,35€.*

- Receita de capital com um grau de execução de 99.97% no valor de 402.462,53€*
- Receita corrente com execução de 89.50% no valor de 12.599.163,82 €.*

*Em relação à despesa a execução foi de 80.17% no valor de 12.831.621,21€.*

- Despesas de Capital a execução foi de 25.43% correspondendo a 445.224,78€*
- Despesas Correntes tiveram uma execução de 84.77% correspondendo a 12.386.396,43€*

*A APAL apresentou um Resultado líquido positivo de 64.949,00€).*

*Revisor Oficial de Contas:*

- Certificação legal de contas sem reservas.”*

### Anexo 11

#### **Intervenção do Sr. João Manso**

*“O Grupo Municipal do Partido Socialista considera que o documento está bem elaborado, identificando os edifícios, os equipamentos educativos, a sua localização e as ofertas educativas por ciclos, incluindo as modalidades especiais de educação e de educação extraescolar, abrangendo ainda o ensino da rede pública, privada, corporativa e solidária. Mostra uma estratégia de combate ao abandono escolar precoce, medidas para promover o sucesso educativo e atividades complementares de ação educativa.*

*É um documento muito mais realista do que a anterior Carta Educativa de 2007, que previa a construção de quatro centros educativos, dos quais dois não foram construídos (Bendada e Ruvina). Foram apenas construídos, e bem reabilitados, os centros educativos do Soito e do Sabugal, sendo que esta Carta Educativa valoriza o trabalho já realizado, nomeadamente um investimento na ordem de 1.000.000,00 €.*

*É também positivo que as escolas da Bendada e da Ruvina se mantenham na rede, apesar de este ano não terem alunos, podendo assim reabrir com maior facilidade, caso venha a existir necessidade.*

*É igualmente positiva a manutenção das escolas de Aldeia de Santo António e Aldeia Velha, porque permitem não sobrecarregar as escolas do Sabugal e do Soito, que começam a tornar-se “pequenas” para tanta procura.*

*No entanto, não concorda com algumas classificações atribuídas ao estado de conservação de certos espaços considerados “razoáveis”, mas que, na realidade, se encontram em más condições.*

*Porém, espera que a sede da escola venha a ser reabilitada, pois trata-se de uma necessidade para o concelho, que ficará muito mais valorizado com essa intervenção.”*

### Anexo 12

#### **Declaração de voto – Grupo Municipal do Partido CHEGA**

O Grupo Municipal do Partido CHEGA com assento na Assembleia Municipal do Sabugal, ao abrigo do artigo 50.º do Regimento desta Assembleia, apresenta o registo de voto de vencido sobre o ponto 5 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 30 de abril de 2026, repartição de encargos do procedimento de contratação de aquisição de serviços de apoio e gestão do estabelecimento termal do Cró - Sabugal.

#### **Registo de voto de vencido – Declaração de voto**

O Grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal do Sabugal, votou contra a proposta apresentada pelo executivo camarário sobre a repartição de encargos do procedimento de contratação de aquisição de serviços de apoio e gestão do estabelecimento termal do Cró - Sabugal por, no seu entendimento, se constituir como um negócio ruinoso para a Câmara do Sabugal e, por arrastamento, para todos os Sabugalenses.

O caderno de encargos que integra aquele procedimento concursal determina que a Câmara do Sabugal pague, a quem vier a ganhar o concurso, €960.000,00 (mais IVA) para 24 meses. Ou seja, a Câmara do Sabugal, para além de despesas de água, gás e eletricidade, entre outras, assume que irá pagar €40.000,00 (mais IVA) por mês, de "serviços de apoio e gestão", a quem vier a ganhar o concurso em causa.

De acordo com as contas de 2025, a Câmara suportou, naquele ano, um valor de €1.199,248,07 para manter as Termas do Cró abertas.

Há indícios que as Termas do Cró são responsáveis por um déficit anual de cerca de €650.000,00 para o município.

Em contrapartida, de forma simplista, as obrigações de quem vier a vencer o concurso são, somente, de abrir 16 postos de trabalhos, fazer análises à água e desinfetar as instalações.

Este modelo de negócio é, na opinião do Grupo Municipal do Partido CHEGA, extremamente desequilibrado, diremos mesmo ruinoso, estando o risco na totalidade do lado da Câmara Municipal e com a certeza de que a Câmara terá de suportar um avultadíssimo déficit.

A Câmara do Sabugal já teve de suportar largos milhões de euros, desde o início deste modelo de negócio, verbas que poderiam – e deveriam – ser utilizados em prol de todos os Sabugalenses.

Esta proposta apresentada pelo Presidente da Câmara é tanto mais incompreensível quanto se verifica, agora, que a situação económico-financeira da Câmara é de grande vulnerabilidade, consequência das opções políticas do executivo camarário que optam por fazer crescer as despesas correntes (como é o caso das Termas do Cró) em detrimento das despesas de investimento, para a realização de obra no Concelho.

Em síntese, o Grupo Municipal do Partido CHEGA não concorda com este concurso e modelo de negócio subjacente, pelo que vota contra a repartição de encargos do procedimento de contratação de aquisição de serviços de apoio e gestão do estabelecimento termal do Cró - Sabugal.

Sabugal, 30 de abril de 2026



Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo

Representante do Grupo Municipal do Partido Chega

**Anexo 13**

**Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Marisa Igreja**

*“A maior parte dos pontos aqui referidos são, de facto, preocupantes e importa clarificá-los todos, porque estamos perante uma proposta que implica encargos muito significativos para o município, na ordem dos 960 mil euros para dois anos, num contexto em que este equipamento já apresenta resultados deficitários.*

*Tendo em conta o histórico recente deste equipamento, importa perceber de que forma este procedimento garante uma verdadeira abertura à concorrência, e não a continuidade do mesmo modelo.*

*Neste sentido, gostaria de esclarecidas algumas questões que não foram levantadas.*

Assinado por: **Vânia Martins Filipe**  
Num. de Identificação: 13572410  
Data: 2026.07.08 10:10:28+01'00'

*Porque é que não foi preparado antecipadamente o concurso para a concessão?*

*O que é que muda, em concreto, face ao modelo que tem vindo a ser seguido?*

*Neste novo modelo, está prevista a figura de um gestor do contrato por parte do município. Qual será, na prática, o nível de intervenção na gestão do equipamento?*

*E de que forma se garante a separação entre a gestão contratada e o acompanhamento por parte do município?*

*Tratando-se de um modelo com encargos significativos para o município, importa ainda perceber de que forma este garante uma melhor relação custo-benefício.*

*Assim, entendemos que não estão reunidas as condições para acompanhar esta proposta, pelo que o nosso grupo municipal irá votar contra.”*

**O Presidente da Assembleia,** \_\_\_\_\_

Assinado por: **Manuel Augusto Meirinho Martins**  
Num. de Identificação: 06626219  
Data: 2026.07.03 18:24:16+01'00'

Manuel Augusto Meirinho

**A Técnica Superior,** \_\_\_\_\_

Vânia Martins Filipe